



# Pessoal: *nosso maior* Patrimônio

Duzentos anos de história junto com o Brasil independente

Fabiana Barbosa de Brito\*

**D**esde a antiguidade, o mar sempre foi a grande testemunha do nascimento de grandes civilizações. Foi o caminho para as águas que permitiu o desenvolvimento desses povos. Foi às margens plácidas do riacho Ipiranga que, em 7 de setembro de 1822, o Império dos trópicos se tornou uma nação independente. Em 2022, a Marinha completa 200 anos junto com o Brasil independente, cuja grandeza e integridade foram garantidas por nossos antepassados. Nossa Pátria amada nasceu ao som do mar!

Com uma larga faixa litorânea e extensão continental, era imprescindível para o Império que a questão da Independência fosse resolvida no mar. Era necessário, portanto, uma Força

Naval capaz de propagar o “grito do Ipiranga” em todo o território e defender os seus interesses frente aos Estados soberanos. Nesse contexto, importantes personagens deixaram um legado de exemplo, dedicação e valores não somente para os marinheiros, mas para todos os brasileiros.

Na Marinha herdada pelo Império, as tripulações eram formadas essencialmente por antigos oficiais e marinheiros portugueses que chegaram com a Corte de D. João VI, em 1808. Nesse sentido, um dos primeiros desafios encontrados nas ações militares anteriores à Independência foi, justamente, relacionado ao pessoal. Os marinheiros a bordo dos navios de D. Pedro, que eram portugueses natos,



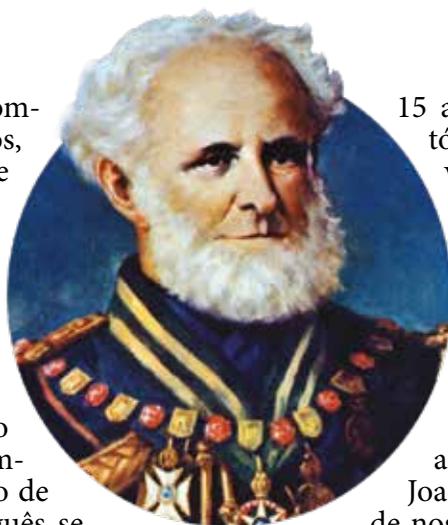
Lord Cochrane

recusavam-se a lutar contra compatriotas. Em alguns navios, inclusive, havia até acordo de lançarem-se ao mar em direção aos navios portugueses, caso o combate ocorresse.

Foi a desconfiança do governo quanto à lealdade dessas tripulações lusitanas que originou uma das primeiras medidas de pessoal: criação de uma comissão, em dezembro de 1822, com o propósito de consultar cada oficial português se queria servir à causa do Brasil. Entre os oficiais que optaram por ficar no Brasil, destacam-se oito médicos que constituíram o núcleo inicial do Corpo de Saúde Naval. O pessoal civil das repartições e a marinhagem em geral não foram consultados pela comissão, permanecendo a serviço do Brasil.

Com poucos brasileiros natos nos Corpos de Oficiais e de Praças, outra medida de administração de pessoal fez-se necessária: contratação de estrangeiros, especialmente britânicos. O General Francisco Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta foi o responsável por organizar esse recrutamento. Recorreu-se, ainda, ao voluntariado indígena e até escravos, como marinheiros e grumetes. Uma das principais contratações estrangeiras foi o britânico Lord Alexander Thomas Cochrane, que assumiu o Comando em Chefe da Esquadra Brasileira em março de 1823. Em virtude da sua contratação, outra medida administrativa de pessoal foi necessária: criação do posto de Primeiro Almirante para o futuro Marquês do Maranhão.

O recrutamento de tropas nacionais foi outra importante decisão na área de pessoal, pois foi a abertura do voluntariado que possibilitou o ingresso de nosso maior herói naval: o Marquês de Tamandaré. Em 1823, aos



**Almirante Tamandaré**

15 anos de idade, iniciou sua trajetória na Marinha do Brasil, como voluntário. Fez-se merecedor de muitos elogios, inclusive do Primeiro Almirante Lord Cochrane, que o recomendou a D. Pedro I, quando tinha somente 16 anos, com a previsão de que ele seria, no futuro, o "Nelson brasileiro". "Sou Marinheiro e outra coisa não quero ser." Foram essas as palavras, ditas pelo Almirante Joaquim Marques Lisboa, Patrono de nossa Marinha, que refletem bem o fogo sagrado que marcou a trajetória de muitos marinheiros que dedicaram suas vidas nas lutas pela Independência.

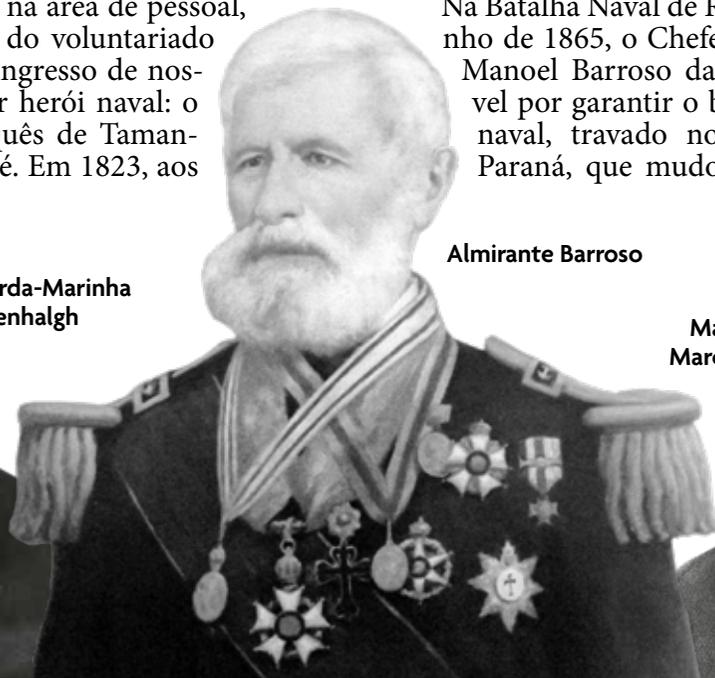
Durante o Período Regencial, algumas medidas administrativas de pessoal foram adotadas, como a organização de uma Ordenança-Geral para o Serviço da Armada, um Código Penal e uma Lei de Promoções, além de normas militares para o pessoal. Para a instrução do pessoal, foi criado a bordo dos navios o cargo de mestre-escola para alfabetizar os praças. Além disso, a Academia de Marinha passou a funcionar a bordo da Nau "Pedro II".

A maioria de D. Pedro II, em 1840, marca o início do Segundo Reinado. Nesse período, resalta-se a importante contribuição dos auditores da Marinha para a repressão do tráfico de escravos, trazendo uma inovação para a Força. Eles eram responsáveis pelo julgamento das apreensões que fossem realizadas, em primeira instância, em substituição do poder judiciário local. Estima-se que a Auditoria da Marinha conseguiu obter a emancipação de 2.246 africanos.

Na Batalha Naval de Riachuelo, em 11 de junho de 1865, o Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso da Silva foi o responsável por garantir o bloqueio naval, travado no Rio Paraná, que mudou o



**Guarda-Marinha Greenhalgh**



**Almirante Barroso**



**Marinheiro Marcílio Dias**

## 2ª GUERRA MUNDIAL

Na foto maior, comunicação por holofote em escolta a comboio. À direita, vigilância noturna em caça-submarino

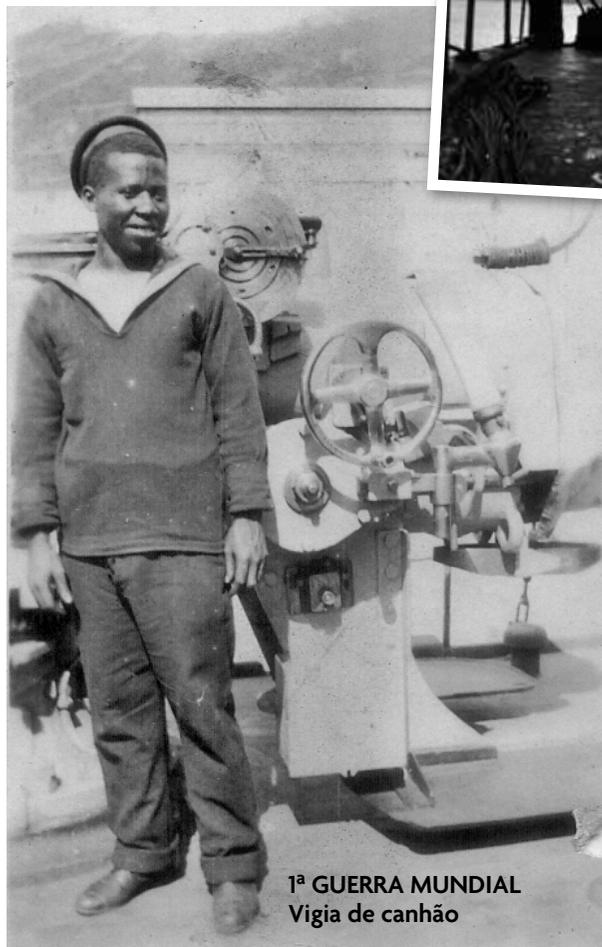


curso da guerra. A coragem de Barroso figurou como elemento fundamental para o triunfo aliado. Duas frases de Barroso demonstram o seu espírito aguerrido: “Atacar e destruir o inimigo o mais perto que puder” e “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”.

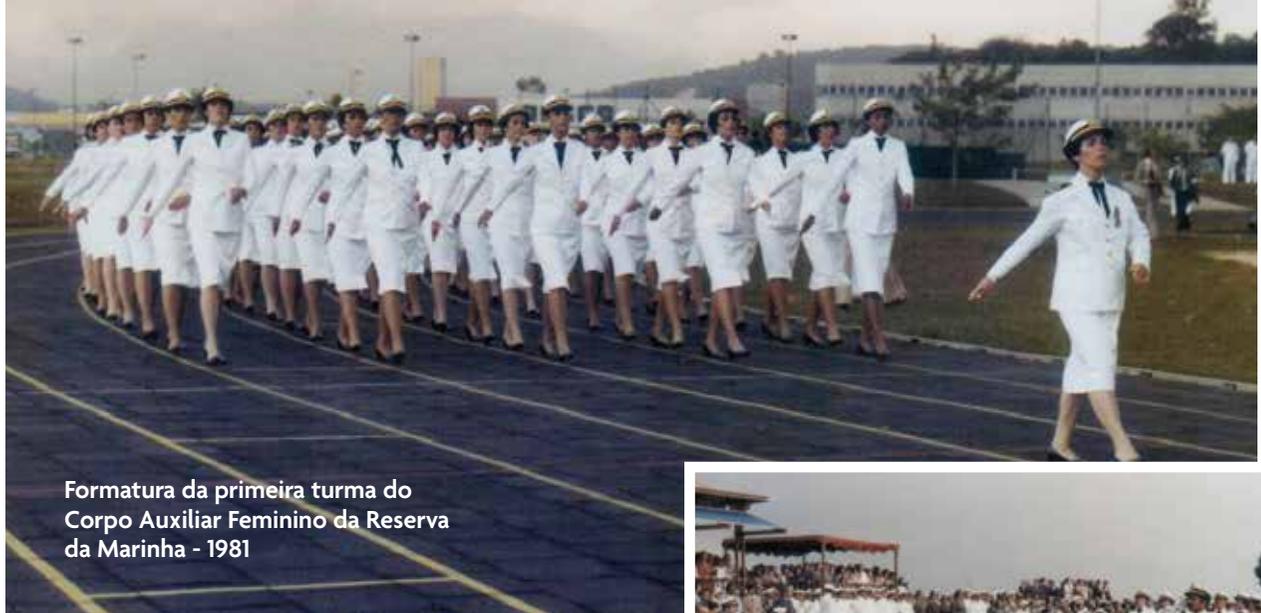
Sagrou-se herói naval, ainda, o Imperial Marinheiro Marcílio Dias, que travou uma luta corpo a corpo com quatro inimigos paraguaios, sendo dois abatidos. Apesar da grande coragem, faleceu em virtude dos ferimentos do combate. Ele é exemplo de militar disciplinado e cumpridor de seus deveres. Outro importante personagem dessa batalha foi o Guarda-Marinha João Guilherme Greenhalgh, que teve a sua cabeça decepada por defender o Pavilhão Nacional.

No alvorecer da República, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha foi transformada em Ministério da Marinha pela Lei nº 23, de 31 de outubro de 1891, que reorganizou os serviços da administração pública federal no recém-proclamado regime republicano. O ministério, ao longo da Primeira República, se preocupou com propostas de modernização da Força e, entre elas, sobressaltou a necessidade de instrução de oficiais e marinheiros para operação e manutenção das novas embarcações.

Com a ascensão do Almirante Alexandrino Faria de Alencar ao cargo de Ministro, o Minis-



1ª GUERRA MUNDIAL  
Vigia de canhão



Formatura da primeira turma do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha - 1981



tério da Marinha recebeu um novo arranjo: os Decretos nº 6.496 e nº 6.502, ambos de 11 de junho de 1907, estabeleceram a estrutura central composta por Gabinete, Diretoria do Expediente e pelo Conselho do Almirantado, que substituiu o Conselho Naval como órgão consultivo do Ministro em todos os assuntos relacionados às Marinhas de Guerra e Mercante, composto por todos os Oficiais-Generais da Armada. Pelo Decreto nº 9.169-A, de 30 de novembro de 1911, a Superintendência do Pessoal era o setor do Almirantado incumbido de executar e fazer executar os regulamentos e mais disposições concernentes ao preparo para o ingresso no serviço naval. O Almirante ocupou o cargo

de ministro por três vezes, entre os anos 1906-1910, 1913-1918, 1922-1926.

Durante o período da 1ª Guerra Mundial, o Almirante Alexandrino determinou que se preparasse uma Divisão Naval, que ficou conhecida como Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG). Um ponto sensível, na área de pessoal, que foi observado pelo Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, Comandante da DNOG, foi o nível de adestramento das tri-



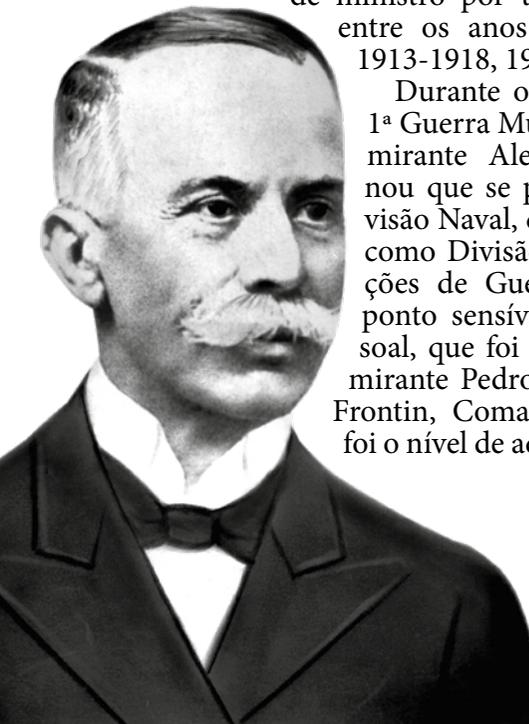
Almirante Pedro Max Fernando de Frontin

pulações. Por estar deficiente, o adestramento teve que ser acelerado, com um intensivo programa de exercícios, de modo a preparar as tripulações para as patrulhas antissubmarino em conjunto com as Forças Navais britânicas.

A missão da Marinha, durante o período da 2ª Guerra Mundial, era patrulhar o Atlântico Sul e proteger os comboios de navios mercantes que trafegavam entre o Mar do Caribe e o litoral sul brasileiro contra a ação dos submarinos e navios germânicos e italianos. Novas tecnologias exigem adestramento continuado do pessoal, não somente para a operação, mas também para a manutenção. Essa participação em

ações de guerra trouxe a experiência de combate necessária para moldar as futuras gerações de homens do mar, contribuindo, dessa maneira, para a intensificação da profissionalização do nosso pessoal.

Essa experiência acumulada sempre foi o maior ativo para o sucesso das operações navais, desde os primórdios das grandes navegações. D. Henrique exigia, por exemplo, que os marinheiros portugueses fizessem seus diários de bordo e anotassem tudo quanto vissem de litoral. Naquela época, não existiam cartas náuticas, mas a gestão do conhecimento já ocorria.



Almirante Alexandrino Faria de Alencar

As cartas náuticas iam sendo elaboradas e aperfeiçoadas, gradativamente, à medida que as viagens iam se sucedendo e os aprendizados iam sendo registrados e compartilhados.

A “Inspeção de Marinha” substituiu a “1ª seção da Repartição do Estado-Maior da Armada” pelo Decreto nº 6.504, de 11 de junho de 1907. Em substituição à “Inspeção de Marinha”, a Organização Militar passou a ser denominada como Diretoria do Pessoal da Marinha (DPM) pelo Decreto nº 16.237, de 5 de dezembro de 1923, ficando diretamente subordinada ao Ministro da Marinha, como órgão de administração e consulta e tendo a seu cargo todas as questões de pessoal que competiam, até então, às várias “Inspeções”, ao Corpo de Marinheiros Nacionais, ao Batalhão Naval e à Justiça Militar.

Em 1931, de acordo com o Decreto nº 20.734-A, providências na área de ensino que eram acumuladas, até então, pela Diretoria do Pessoal e pelo Gabinete do Ministro foram descentralizadas para a Diretoria do Ensino Naval. Contudo, a recém-criada Diretoria foi extinta pela Lei nº 1.658, de 4 de agosto de 1952, quando passou as atividades de sua responsabilidade para a DPM. Em 1968, o Decreto nº 62.860, de 12 de junho, recriou a atual Diretoria de Ensino da Marinha e inseriu a Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM) no Setor de Apoio, subordinada à Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM), com sede na cidade do Rio de Janeiro. No dia 30 de agosto de 2021, foi realizada a extinção da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha (DPCvM) e a alteração da denominação da DPMM para DPM, pelas Portarias nº 206 e 207/2022, do Comandante da Marinha, retornando à denominação de origem. A fusão das duas Diretorias está alinhada ao Plano Estratégico da Marinha (PEM), pois buscou o aprimoramento da gestão de pessoal e a otimização dos recursos humanos, cujo propósito foi centralizar atividades que possam ser realizadas de forma unificada. A DPM é responsável por elaborar diversos subsídios, que culminarão nos seguintes documentos de planejamento de pessoal: Planos de Carreira de Oficiais e Praças; Plano Corrente de Oficiais e Praças; distribuição de efetivo e ajuste nos interstícios da carreira; efetivo de militares temporários, dentre outros.

Importante inovação foi o pioneirismo da Marinha na admissão de mulheres em seu efetivo, em comparação com as demais Forças. O resultado da visão do então Ministro da Marinha,

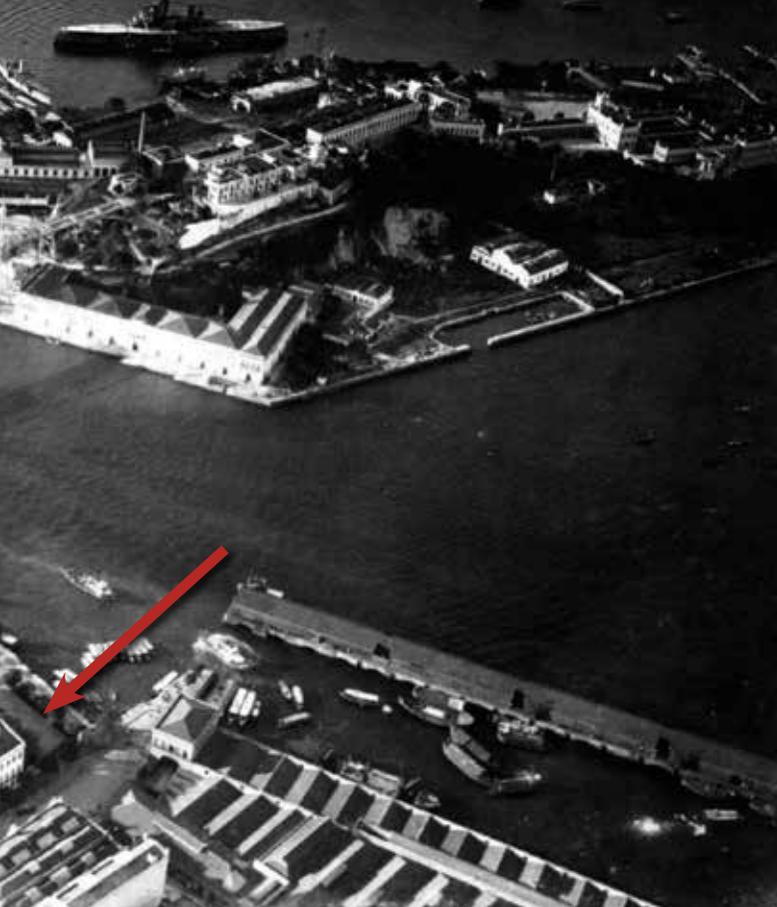


A antiga Diretoria do Pessoal da Marinha

Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, culminou na promulgação da Lei nº 6.807, de 7 de julho de 1980, que criou o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). Tal feito consagrou a nossa Instituição como a primeira das Forças Armadas brasileiras a admitir, de forma regular e sistemática, a participação feminina em seus quadros.

Essa participação foi ampliada, em 1997, com a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha. As mulheres passaram a compor também o Corpo de Engenheiros da Marinha, os Quadros do Corpo de Saúde da Marinha, os Quadros Técnico e Auxiliar da Armada do Corpo Auxiliar da Marinha, bem como as diversas especialidades do Corpo Auxiliar de Praças e o Quadro de Músicos do Corpo de Fuzileiros Navais.

Em 2014, a primeira turma de Aspirantes femininas ingressou na Escola Naval (EN) para seguir carreira no Corpo de Intendentes. A partir de 2019, as mulheres que ingressaram na EN passaram a ter oportunidade de optar, também, pelo Corpo da Armada (CA) e pelo Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). A partir de 2024, todas as Oficiais do CA e do CFN, inclusive do Quadro Complementar, bem como os praças do Corpo de Praças da Armada (CPA), iniciarão o embarque em meios operativos, assegurando a participação das mulheres nas fileiras operati-



vas, com plena igualdade de direitos e obrigações, conforme dispõe a Constituição.

Confirmando nosso pioneirismo, em 2012 a Marinha promoveu a primeira mulher das Forças Armadas brasileiras a Oficial-General e, em 2018, nova promoção ocorreu ao posto de Contra-Almirante. Destaca-se ainda a progressiva participação em funções cada vez mais relevantes e desafiadoras, o que inclui a direção de organizações militares; a chefia do Destacamento do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade; a subchefia da Estação Antártica Comandante Ferraz; a incumbência de Suboficial-Mor; e a atuação em missões de paz, com reconhecimento por prêmios da Organização das Nações Unidas.

A Lei de Reestruturação de Corpos e Quadros (Lei nº 9.519/97), que extinguiu o CAFRM e aumentou as possibilidades de ingresso da mulher na Marinha, teve o propósito de reunir em um único documento todas as legislações atinentes à carreira dos militares dos diversos Corpos e Quadros da Marinha. Este aprimoramento contribuiu para o gerenciamento dinâmico e eficaz da administração de recursos humanos, hoje composta não só por militares de carreira, mas, também, por prestadores de tarefa por tempo certo, temporários, servidores civis e contratados. A demanda de pessoal de cada Organização Militar (OM) na Tabela Mestre de Força de

Trabalho (TMFT) constitui a determinação de necessidades que serve de base para o planejamento da gestão de pessoal, desde a obtenção até a distribuição, bem como para o estabelecimento do fluxo de carreira e dos itinerários formativos.

A evolução tecnológica traz novos desafios aos homens do mar, que buscam, a cada dia, o aprimoramento de sua capacitação para enfrentar os desafios futuros. Nossos marinheiros vêm atuando decisivamente em alguns dos principais episódios de nossa História e ela será o testemunho do nosso passado glorioso. As memórias gloriosas de Tamandaré, Barroso, Alexandrino, Imperial-Marinheiro Marcílio Dias, Guarda-Marinha Greenhalgh e outros grandes nomes subsistirão na História.

A superação de cada desafio, mesmo em mares turbulentos, nos aproxima cada vez mais da trajetória traçada pelos nossos heróis navais. A História nos revela os heróis que fizeram nossa Marinha grandiosa e os valores que sempre nortearam nossa instituição, forjando as futuras gerações, que são os nossos heróis do presente e que serão os do futuro. “Verás que um filho teu não foge à luta!” Verás que o Pessoal sempre foi o nosso maior patrimônio! ■

#### REFERÊNCIAS

- ABREU, Guilherme Mattos de (Org.). Marinha do Brasil: Uma Síntese Histórica. Rio de Janeiro: SDM, 2018;
- MAIA, João do Prado. A Marinha de Guerra do Brasil na colônia e no império. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965;
- Decreto nº 6.496, de 11 de junho de 1907;
- Decreto nº 6.502, de 11 de junho de 1907;
- Decreto nº 6504, de 11 de junho de 1907;
- Decreto nº 9.169-A, de 30 de novembro de 1911;
- Decreto nº 16.237, de 5 de dezembro de 1923;
- Decreto nº 20.734-A, de 27 de novembro de 1931;
- Decreto nº 62.860, de 12 de junho de 1968;
- Lei nº 23, de 31 de outubro de 1891;
- Lei nº 1.658, de 04 de agosto de 1952;
- Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997;
- <https://www.marinha.mil.br/dphdm/200-anos-da-Independencia>;
- <https://www.marinha.mil.br/dphdm/historia/almirante-tamandare>;
- <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/516-ministerio-da-marinha-1891-1930>; e
- [https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/Palestra%20CI-MB200\\_4x3.pdf](https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/Palestra%20CI-MB200_4x3.pdf).

\* Capitão de Corveta (T), Encarregada da Gestão de Pessoal Militar e Conhecimento da DPM